

Retrato das desigualdades de gênero e raça

– 3ª edição –
Análise preliminar dos dados

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Brasília, setembro de 2008

RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA – 3ª EDIÇÃO

Análise preliminar dos dados

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Apresentação

O presente documento apresenta uma análise preliminar de dados da 3ª edição do *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, estudo elaborado pelo Ipea desde 2005 com informações sobre a situação social brasileira sob a ótica dos dois determinantes principais das desigualdades existentes em nosso país.

A terceira edição completa apresentará os dados das Pnads de 1993 a 2007¹ sobre diferentes temáticas, com o recorte de sexo e de raça. Desta forma, será produzida uma série de cerca de 200 tabelas, disponibilizadas em *Microsoft Excel*, que retratam a realidade de brancos, negros, homens e mulheres em nosso país, e as mudanças ocorridas na última década. Os temas abordados são: População; Chefia de família; Educação; Saúde; Previdência e assistência social; Mercado de trabalho; Trabalho doméstico remunerado; Habitação e saneamento; Acesso a bens duráveis e exclusão digital; Pobreza, distribuição e desigualdade de renda; e Uso do tempo.

Neste documento preliminar, os números se referem até a PNAD 2006 e faz um recorte inédito nos microdados para traçar um perfil das desigualdades brasileiras a partir das variáveis gênero e raça/cor.

As duas maiores novidades da 3ª edição – além de uma nova seleção de tabelas e de aprimoramentos na apresentação dos dados – são a inserção das tabelas sobre assistência social, que trazem informações sobre os benefícios assistenciais recebidos pelas famílias brasileiras; e o bloco sobre uso do tempo, com informações sobre afazeres domésticos e tempo gasto no percurso para o trabalho². Este é um tema já abrangentemente pesquisado em outros países e que começa a ser incorporado à agenda pública no Brasil, sendo uma das questões a serem pesquisadas pelo IBGE nos próximos anos, após a reformatação das pesquisas domiciliares.

A seguir, apresentam-se as análises preliminares para cada bloco temático, que têm como foco os dados de maior destaque.

¹ Os dados de 2007, serão divulgados pelo IBGE no dia 12 e serão tratados na edição final do Retrato das Desigualdades ano 3, a ser lançada em 3 de dezembro de 2008. No caso dos dados sobre mercado de trabalho e de renda, a série histórica é de 1996 a 2007 e no caso dos dados de saúde, referem-se aos anos de 1998 e 2003, quando foi aplicado o suplemento sobre o tema.

² O tema não será tratado no presente documento.

Bloco 1 – População

Os indicadores sobre as características da população apresentam a existência de uma **curva ascendente daqueles que se declaram negros** na sociedade brasileira. Este fenômeno torna-se perceptível tanto na área urbana como na rural. Em 1993, o total de pessoas residentes nas áreas urbanas que se declararam como negras representavam 42%, subindo para 47% no ano de 2006. Na zona rural percebe-se essa mesma tendência. Este fenômeno ocorre em praticamente todas as faixas etárias, indicando que não se trata de uma questão geracional de auto-afirmação identitária e nem tampouco de um fenômeno eminentemente urbano, mas sim de uma tendência observada em toda a população.

A migração das zonas rurais para as zonas urbanas nas últimas décadas fez com que chegássemos a 2006 com cerca de 83% da população residindo em cidades. A despeito do fenômeno da urbanização, a população negra, composta por pretos e pardos, é maioria na zona rural, onde corresponde a 61% do total.

O envelhecimento da população brasileira também é uma tendência observada nas últimas décadas. No entanto, a **expectativa de vida é influenciada pelo pertencimento a um grupo de cor/raça e ao sexo**. As mulheres vivem mais e os negros, menos. Em 2006, enquanto 9,3% das mulheres negras tinham 60 anos ou mais de idade, entre as brancas essa proporção era de 12,5%. Em 1993 tinha-se 7,3% e 9,4%, respectivamente, o que indica que, apesar de a expectativa de vida da população ter aumentado, tendo crescido a proporção de idosos nos diferentes grupos populacionais, as desigualdades entre os grupos permanecem. Esta diferença da expectativa de vida pode ser resultante de uma maior vitimização das mulheres negras em decorrência do sexismo e do racismo, que precarizam seu acesso aos serviços de saúde, habitação, emprego e renda, entre outros. No grupo masculino se percebe tendência similar. Em 1993, os negros com 60 anos ou mais eram 6,5% deste grupo, tendo passado para 7,8% em 2006. No grupo de brancos, no mesmo período essa porcentagem varia de 8,2% para 10,6%. Esta constitui, portanto, uma das mais perversas facetas das desigualdades raciais existentes em nosso país, pois as únicas justificativas para essas diferenças residem nas piores condições de vida a que negros e negras são submetidos.

Bloco 2 – Chefia de família

No que diz respeito à família, um dos principais indicadores para se perceberem as transformações e as permanências na igualdade, sobretudo entre homens e mulheres, estão nos dados sobre chefia. Ao longo da última década observa-se a manutenção da tendência de **aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres**, que passou de 19,7%, em 1993, a 28,8%, em 2006. Tal tendência vem sendo acompanhada com atenção por pesquisadoras do tema, posto ser um dado que, por um lado, aponta para contextos de precarização da vida e do trabalho feminino³ e, por outro, revela também sobre processos de (des)empoderamento das mulheres. Trata-se, portanto, de um importante indicador de desigualdade de gênero.

No entanto, se tomarmos o recorte de localização do domicílio, percebe-se uma diferença que merece ser destacada. Muito embora se identifique uma tendência de aumento do número de famílias chefiadas por mulheres tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais, nestas as mulheres chefiam somente 14,6% dos lares, menos da metade dos 31,3% encontrados nas áreas urbanas. Além disso, enquanto o

³ Mendes, Mary Alves. *Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise*. Veredas FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências – v.1, n.1, janeiro a junho de 2008.

grau de crescimento neste caso foi de 9,6 pontos percentuais em treze anos, nas áreas rurais foi de somente 3,2.

Além desses dados, nesta edição do *Retrato das Desigualdades* destacam-se, também, dois indicadores interessantes para a análise das possíveis transformações das convenções sociais de gênero e dos atributos tradicionalmente esperados das mulheres e dos homens em direção a uma maior simetria de gênero. O primeiro deles diz respeito ao número de famílias monoparentais masculinas e femininas.

Comparando-se a porcentagem desses dois tipos de arranjos familiares tem-se que, muito embora as famílias do tipo mulher com filhos seja a esmagadora maioria e, como assinalado acima, as famílias chefiadas por mulheres tenham tido um aumento significativo na última década, chama a atenção o pequeno **crescimento do número de famílias monoparentais masculinas** (de 2,1% em 1993 para 2,7% em 2006) e o decréscimo das monoparentais femininas (de 63,9% em 1993 para 52,9% em 2006). Embora tímido, o crescimento do número de famílias monoparentais masculinas tem sido acompanhado de perto por pesquisadores⁴ por ser um indício de mudanças comportamentais no que se refere aos padrões hegemônicos da masculinidade brasileira. O que significa dizer que, embora lentamente, os homens têm assumido a responsabilidade tanto pela provisão, tarefa tradicionalmente considerada masculina, quanto pelo cuidado da sua prole, tarefa essa tradicionalmente relegada às mulheres.

Nesse mesmo sentido das transformações dos padrões de gênero, os dados das **famílias formadas por casais com filhos chefiadas por mulheres** são muito elucidativos. Em treze anos (1993-2006) o número desse tipo de família aumentou 10 vezes, passando de 3,4% (ou 247.795 em número absoluto) em 1993 para 14,2% (ou 2.235.233 em número absoluto) em 2006. Em se tratando de um fenômeno de natureza tão complexa, como são as transformações de padrões culturais e visão de mundo, do ponto de vista simbólico uma mudança desse tipo num período de dez anos é significativa e impactante. Tais dados, tais mudanças apontam para um questionamento do lugar simbólico do homem como o provedor exclusivo. Supondo-se um padrão de família tradicional formado por mãe, pai e filhos, sem considerar os novos arranjos familiares contemporâneos, esse dado nos leva a pensar num horizonte cultural mais igualitário entre homens e mulheres dentro das famílias, seguidas de um maior empoderamento para as mulheres.

Bloco 3 – Educação

A discriminação motivada por sexo e por pertencimento a um grupo de cor/raça encontra-se disseminada em diversos campos da vida social. Se o sistema educacional é o campo no qual são reproduzidos muitos dos **estereótipos de gênero** existentes em nossa sociedade, no caso da questão racial, ainda se constitui uma esfera marcada por fortíssimas desigualdades no acesso e na permanência dos indivíduos dos diferentes grupos populacionais. Esta é uma característica muito importante na medida em que o acesso à escolaridade é uma das formas por excelência de ascensão social e de potencialização do acesso a muitos bens produzidos pela sociedade. Desta forma, enquanto as desigualdades raciais se perpetuarem no campo educacional, também está garantida a perpetuação de seus mecanismos de reprodução. Neste sentido, os indicadores educacionais se convertem em um

⁴ Como por exemplo, Woortmann, Klass e Woortmann, Ellen. *Monoparentalidade e chefia feminina – conceitos, contextos e circunstâncias*. Texto apresentado no pré-evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Outro preto – MG, pela CNPD, FNUAP e ABEP; e Berquó, Elza. “Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil” In Bruschini, C e Unbehaum, Sandra. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, FCC, 2002.

importante instrumento de percepção do quão desiguais são as possibilidades de construção de oportunidades sociais para os diferentes grupos raciais.

As mulheres apresentam, em praticamente todos os indicadores educacionais, melhores condições do que o grupo masculino. A grande questão neste campo se configura, portanto, na reprodução dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres pelos livros didáticos, pelos professores, pelas práticas de ensino, de forma a impactar nas escolhas de meninos e meninas no campo profissional, dando origem a uma grande segmentação profissional por sexo. Além disto, cabe ressaltar que a vantagem vivenciada pelas mulheres no campo educacional não se traduz em maior ocupação no mercado de trabalho, em postos de trabalhos mais qualificados e em maiores salários.

As diferenças raciais, contudo, são muito marcantes: **os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores.** As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino. No ensino fundamental, a taxa de escolarização líquida – que mede a proporção da população matriculada no nível de ensino adequado à sua idade – para a população branca era de 95,7 em 2006; entre os negros, era de 94,2. Já no ensino médio, essas taxas eram respectivamente, 58,4 e 37,4. Isto é, o acesso ao ensino médio ainda é bastante restrito em nosso país, mas significativamente mais limitado para a população negra, que, por se encontrar nos estratos de menor renda, é mais cedo pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho.

Apesar de o Brasil apresentar um elevado índice de população urbana, a clivagem urbano/rural apresenta-se como um importante elemento para a reprodução das desigualdades na sociedade brasileira. A taxa de analfabetismo feminino, em 2006, na zona urbana era de 8,1, enquanto na zona rural era de 22,2. Ou seja, uma mulher da zona rural tinha quase três vezes mais chances de ser analfabeta do que uma residente nas áreas urbanas.

As diferenças regionais também são significativas na reprodução dessas desigualdades. Na região Nordeste, que apresenta as maiores taxas de analfabetismo no país, 24,5% dos homens negros com 15 anos ou mais de idade não eram capazes de ler um bilhete simples em 2006, ao passo que na região Sul, essa taxa era de 9,2. No caso dos homens brancos nas mesmas regiões, tinha-se, respectivamente, 18,4% e 4,3%.

Bloco 4 – Saúde⁵

No *Retrato* foram destacados indicadores relativos ao acesso aos serviços de saúde, tais como: cobertura de atendimento, internação, exames clínicos relacionados com a saúde da mulher e visita ao dentista; quantidade de pessoas que são portadoras de doenças como diabetes e hipertensão, por exemplo; cobertura por planos de saúde privados e proporção de pessoas ocupadas com restrição às atividades habituais devido à situação de saúde. As informações apresentadas possibilitam o cruzamento entre o quadro de saúde dos indivíduos e suas características sócio-econômicas. Este cruzamento é de grande relevância, pois os baixos níveis de renda afetam a vida dos indivíduos como um todo, expondo-

⁵ Os indicadores de saúde apresentados no *Retrato das Desigualdades* foram produzidos a partir do Suplemento de Saúde da Pnad de 1998 e 2003 e, por este motivo, não foram atualizados na 3ª edição da publicação. Até 1998 o suplemento de saúde da Pnad não era produzido com uma periodicidade definida. Só a partir de daquele ano que se decidiu elaborar o suplemento a cada cinco anos. Até o momento, os dados de saúde foram coletados nos suplementos das pesquisas nacionais domiciliares de 1981, 1986, 1988 – basicamente dados de acesso aos serviços de saúde –, 1998 e 2003 – dados de acesso aos serviços e também informações sobre saúde individual. Por esta característica, não é possível realizar uma comparação temporal dos dados neste bloco de indicadores, a análise será baseada essencialmente no retrato fornecido pelos dados de 2003.

o a contextos deficientes, desgastantes e geradores de doenças. Além disto, evidenciam as desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

O Sistema Único de Saúde – SUS – foi criado pela Constituição Cidadã como um dos pilares do sistema de seguridade social com o objetivo primordial de garantir acesso gratuito e universal a todos os cidadãos brasileiros, independente de sexo, cor, raça, etc. Em 2003, o SUS foi responsável por 63,5% dos atendimentos e 69,3% das internações ocorridas no país. Quando se desagregam os dados por cor/raça, percebe-se uma diferença significativa entre a população branca e negra: para os brancos, 54% dos atendimentos e 59% das internações foram cobertos pelo SUS; e para os negros as proporções foram de 76% e 81,3%, respectivamente. Este fato dá fortes indícios do quanto **a população negra é SUS-dependente**.

Mesmo quando se analisa a proporção de atendimentos e internações coberta pelo SUS por estratos de renda, a diferença entre brancos e negros permanece. Entre os indivíduos com rendimentos acima de três salários mínimos, 21% dos atendimentos e 23,8% das internações da população negra são cobertos pelo SUS, enquanto estas mesmas proporções são de 14% e 13,5% para brancos. A relação se inverte quando são analisados os dados de cobertura por planos de saúde privados: 33,2% dos brancos possuem planos de saúde privados, enquanto apenas 14,7% dos negros estão na mesma situação. Mesmo entre os que recebem mais de três salários mínimos, os brancos ainda são maioria: 75% dos brancos possuem plano, contra 66% dos negros. Assim, **a renda explica parte dos atendimentos realizados pelo SUS, mas não explica tudo**.

Outro conjunto de dados apresentados no *Retrato das Desigualdades* são os referentes a questões específicas da saúde da mulher. Neste caso, são informações sobre exames preventivos dos tipos de câncer mais frequentes na população feminina: o de mama e o de colo do útero. O câncer está entre as principais causas de morte de mulheres que têm entre 30 e 60 anos, ao lado das doenças circulatórias e mortes provocadas por causas externas. A realização de exames específicos para que possa haver detecção precoce do câncer é fundamental para reduzir a quantidade de óbitos provocados por esta doença.

Os dados da Pnad apresentados no *Retrato* mostram que **a proporção de mulheres que nunca realizaram os exames específicos ainda é alta e há desigualdades no acesso ao exame entre brancas e negras**. Os dados mostram que no Brasil 36,4% das mulheres de 25 anos ou mais de idade nunca fizeram o exame clínico de mama, sendo que entre as brancas a proporção é de 28,7% e entre as negras a proporção sobe para 46,3%. Em um primeiro momento esta desigualdade poderia ser explicada pelo fato de que as mulheres negras têm menos educação formal e menores rendimentos – o que dificultaria seu acesso aos serviços. No entanto, mesmo entre as mulheres que têm mais de 12 anos de estudo, as desigualdades permanecem: 10,5% das mulheres brancas com este nível educacional e 18% das negras nunca fizeram exame clínico de mama. Estes números apontam para desigualdades na qualidade do atendimento relacionadas com práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, resultantes de preconceitos e estereótipos racistas, próprios do racismo institucional. O racismo institucional abarca ainda outros aspectos e sua existência nas instâncias do SUS foi oficialmente reconhecida pelo Ministério da Saúde quando da realização do II Seminário Nacional de Saúde da População Negra. A situação é um pouco melhor com relação ao exame de colo de útero, mas as desigualdades permanecem. No Brasil, das mulheres com 25 anos ou mais, 21% nunca tinham realizado o exame, proporção que é de 17% para as brancas e 25% para as negras.

Bloco 5 – Previdência e assistência social

O *Retrato das Desigualdades* também apresenta alguns dos principais indicadores de cobertura de Previdência e Assistência Social pesquisados na Pnad. A Previdência Social é uma política que tem por objetivo repor a renda dos indivíduos nas situações em que os mesmos perdem, temporária ou permanentemente, sua capacidade de trabalho. Já a Assistência Social enfrenta as situações de pobreza extrema e destituição de direitos. O acesso aos benefícios previdenciários está estreitamente relacionado com o histórico laboral dos indivíduos, de forma que **as desigualdades provocadas pelas discriminações de gênero e raça no mercado de trabalho se repetem no sistema previdenciário**, sendo aliviadas em parte pela existência da Previdência Rural, que tem critérios diferenciados de acesso. Com relação aos dados apresentados, vale ressaltar que no questionário básico da Pnad as informações sobre pensões e aposentadorias previdenciárias e as pensões pagas pelo Benefício de Prestação Continuada aparecem agregados. As informações específicas dos programas de transferência de renda são apresentadas separadamente nos suplementos de 2004 e 2006 da PNAD.

No Brasil, a proporção de idosos – pessoas com 60 anos ou mais – que recebe algum benefício da Previdência ou Assistência Social é uma das mais altas da América Latina. Em 2006, de acordo com a Pnad, 76,8% da população idosa recebiam algum benefício. No entanto, quando os dados são desagregados por sexo e cor/raça, a cobertura apresenta variações. Para o mesmo ano, 81% dos homens idosos brancos recebiam algum benefício, enquanto esta proporção era de 75% para as mulheres negras – que acumulam as discriminações de gênero e de raça sofridas no mercado de trabalho. A diferença só não é maior porque nesta proporção são consideradas, além do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, as aposentadorias e pensões da Previdência Rural. A Previdência Rural não tem vínculo contributivo e é direcionada aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem em regime de economia familiar. Assim, observa-se que a população idosa que reside no meio rural e recebe algum benefício puxa a média para cima e corrige, em alguma medida, as desigualdades geradas pelas discriminações no mercado de trabalho. Por exemplo, quando se analisam os dados referentes à população idosa que reside no meio rural, temos que as mulheres brancas são as que mais recebem benefícios (87,7%), seguidas das mulheres negras (85,9%), dos homens brancos (85,3%) e por último, os homens negros (80,7%).

O nível de proteção social também é medido pela proporção de cobertura direta e indireta da previdência na População em Idade Ativa. A cobertura direta e indireta considera tanto os contribuintes diretos da previdência pública, do funcionalismo público, os segurados especiais da Previdência Rural quanto seus cônjuges e dependentes. Este indicador passou por variações importantes na década de 90 e início dos anos 2000, devido às crises enfrentadas pela economia e refletidas no mercado de trabalho. No início da série trabalhada no *Retrato das Desigualdades* (1993), a proporção da População em Idade Ativa protegida pela Previdência Social era de 60,3%. Esta proporção foi decrescendo ao longo dos anos 90 e em 2002 chegou ao ponto mais baixo, quando 54% da PIA estavam cobertos. A partir de 2003, o nível de cobertura voltou a crescer, mas ainda não representa a mesma proporção verificada em 1993.

Exatamente por ser um dado mais sensível à situação do mercado de trabalho, reflete também as discriminações verificadas no mesmo. Assim, o grupo que está em melhores condições são os homens brancos, com cobertura de 64% em 2006, e as mulheres negras são as menos protegidas socialmente, com 47% de cobertura.

A parcela da população que não está coberta pela Previdência Social constitui parte significativa do público atendido pela Assistência Social. As informações sobre os beneficiários da Assistência apresentados pela PNAD ainda são gerais, mas permitem uma breve caracterização dos mesmos. E um dos traços mais marcantes é que **a grande maioria dos domicílios que recebem benefícios assistenciais é chefiada por negros**. Assim temos que 69% dos domicílios que recebem Bolsa Família,

60% dos que recebem Benefício de Prestação Continuada e 68% do que participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil são chefiados por negros. São dados que não representam surpresa pois os indicadores de pobreza e desigualdade, quando desagregados por cor/raça, mostram que os negros são grande maioria entre os mais pobres, estão nas posições mais precárias do mercado de trabalho e possuem os menores índices de educação formal. São dados que dão visibilidade a uma realidade de discriminações e racismo que exigem respostas imediatas e reforçam a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e promoção de igualdade racial nas ações públicas.

Bloco 6 – Mercado de trabalho

O campo de atuação profissional é de fundamental importância para a autonomia dos indivíduos, para a construção de identidade, para o reconhecimento social, para o acesso a bens de consumo, entre outras dimensões tanto materiais quanto simbólicas, cada vez mais importantes em nossas sociedades neste século XXI. Por isto, a forma como os diferentes grupos populacionais se inserem no mercado de trabalho retrata uma faceta fundamental da desigualdade. Homens, mulheres, brancos e negros apresentam características bem distintas na entrada no mercado de trabalho, nos postos ocupados, nos rendimentos auferidos, nas áreas de atuação, entre outros indicadores abordados neste estudo.

A entrada no mercado de trabalho ocorre mais cedo para os negros e a saída, mais tarde. Os dados de taxa de participação revelam essa característica perversa: apesar de a taxa de participação nas faixas etárias de 10 a 17 anos – que indica a proporção de pessoas ocupadas e desocupadas em relação à população em idade ativa – vir caindo nos últimos 10 anos, o que se confirma em todos os grupos, os maiores indicadores permanecem entre negros e entre jovens do setor rural. De fato, a taxa de participação da população negra de 10 a 15 anos em 2006 era de 15,0%, comparados a 11,6% entre brancos.

Contudo, apesar de entrarem mais cedo no mercado de trabalho, os negros do sexo masculino também estão sobre-representados entre os mais velhos que permanecem ocupados. Entre a população negra com 60 anos ou mais, 34,7% encontravam-se ocupados ou desocupados em 2006, comparados a 29,3% da população branca na mesma faixa etária. Isto é, **os negros trabalham durante mais tempo ao longo da vida**, entrando mais cedo e saindo mais tarde do mercado de trabalho. Esta característica pode ser explicada pelas formas mais precárias de inserção vividas por esse segmento da população, o que faz com que não tenha garantia de proteção social na velhice, impedindo uma parcela maior de trabalhadores negros de terem acesso à aposentadoria.

As mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho nos últimos anos. Se, em 1996, 46% da população feminina estava ocupada ou à procura de emprego, esta proporção era de 52,6 em 2006 – ainda significativamente inferior à dos homens, de 72,9% no mesmo ano. Entre as causas para o **aumento da participação feminina** no mercado de trabalho, apontam-se: o aumento da escolaridade feminina, a queda da fecundidade, novas oportunidades oferecidas pelo mercado e, finalmente, mudanças nos padrões culturais, que alteraram os valores relativos aos papéis de homens e mulheres na sociedade. Cabe lembrar, entretanto, que os dados levantados não consideram um trabalho realizado predominantemente pelas mulheres e de fundamental importância para a reprodução da vida e do bem-estar na sociedade: são os afazeres domésticos, que não são contabilizados do ponto de vista econômico quando não realizados de forma remunerada.

Do ponto de vista regional, chama a atenção a maior participação no mercado de trabalho das mulheres da Região Sul, onde também são verificadas as maiores taxas de ocupação da população feminina.

A dificuldade de ter acesso ao mercado de trabalho começa cedo para as mulheres: **as jovens de 16 a 17 anos apresentam taxas de ocupação significativamente menores**, tanto em relação aos homens quanto em relação às mulheres de outras faixas etárias. Em 2006, somente 68,9% daquelas jovens estavam ocupadas, comparados a 81,3% dos jovens do sexo masculino. Este dado se confirma quando se analisam as taxas de desocupação desses grupos: 31,1% as jovens de 16 a 17 anos estavam desempregadas e somente 18,7 dos jovens estavam na mesma situação. Essas proporções são crescentes ao longo da década para os dois grupos, sendo o maior crescimento, mais uma vez, verificado entre as meninas.

A taxa de desocupação – que mensura a proporção de pessoas desempregadas à procura efetiva de emprego – é um indicador que revela não somente as desigualdades de gênero, mas também as de raça, pois, junto **são as mulheres e os negros os que apresentam os maiores níveis de desemprego** – 11,0% e 7,1%, respectivamente, comparados a 6,4% entre os homens e 5,7% entre os brancos. As mulheres negras constituem, portanto, o segmento que se encontra em situação mais precarizada, o que se confirma por outros dados, como será visto a seguir.

As informações sobre posição na ocupação também são reveladoras dos diferenciais de gênero e de raça presentes em nossa sociedade: enquanto as mulheres estão mais representadas no trabalho doméstico e na produção para próprio consumo e trabalho não remunerado, os homens ocupam mais postos com carteira de trabalho assinada e de empregador. Se compararmos homens brancos e homens negros, estes enfrentam mais a situação do trabalho sem carteira e também estão mais presentes no emprego doméstico. Destaca-se, ainda, a alta proporção de jovens negras, com idade entre 16 e 29 anos, que são empregadas domésticas – no caso destas faixas etárias, alcançam o dobro da proporção das jovens brancas.

As mulheres ocupadas são mais escolarizadas que os homens ocupados; e os brancos mais escolarizados que os negros, sendo que as diferenças raciais neste caso são bastante significativas, o que se explica pela herança de décadas em que os negros não tiveram acesso à escolarização. Contudo, esta não é uma explicação suficiente, uma vez que essas diferenças persistem ao longo do período e também se encontram nas faixas etárias mais jovens.

A média de anos de estudo das pessoas ocupadas vem aumentando para todos os grupos ao longo do período estudado. No entanto, a média das mulheres é maior que a dos homens e a dos brancos, maior que a dos negros. No primeiro caso, a distância vem se mantendo ao longo dos anos e, no segundo, pouco se alterou. Com isto, a maior média é a das mulheres brancas da Região Sudeste, com 9,8 anos de estudo – isto é, mais do que o ensino fundamental; e a menor, dos negros do Nordeste, com apenas 5,1 anos de estudo, pouco mais do que a primeira etapa do ensino fundamental, ou antigo primário. Se adicionarmos o recorte etário, chegamos a números impressionantes: os homens negros ocupados com 60 anos ou mais de idade têm em média 2,5 anos de estudo e as mulheres negras na mesma faixa etária, 2,6. Esses números podem ser explicados pela herança de anos de falta de acesso aos bancos escolares por parte da população negra. Resta saber se este segmento populacional não será atingido por políticas públicas que revertam este quadro de poderosa desvantagem em todos os campos da vida.

Finalmente, a taxa de **trabalho infantil** constitui um indicador importante para retratar as diferenças raciais que persistem na forma como os diferentes grupos populacionais se inserem no

mercado de trabalho. As taxas vêm decaindo ao longo dos últimos anos, o que pode ser percebido para todos os grupos estudados. Contudo, as **maiores taxas se encontram entre os meninos negros** (tanto para a faixa de 5 a 9 anos quanto entre 10 e 15 anos). A região Nordeste lidera o *ranking*, seguida pelas regiões Norte e Sul, em situação similar. Portanto, os mais vitimados por essa terrível situação são os meninos negros nordestinos: 3,7% desse grupo, com idade entre 5 e 9 anos, trabalhavam em 2006.

Bloco 7 – Trabalho doméstico remunerado

Em se tratando do acompanhamento das desigualdades mais profundas e persistentes, o trabalho doméstico remunerado – ocupação tradicionalmente dotada de baixo valor social e nicho de mulheres e meninas negras e também de pobres – revela-se um crucial indicador.

Um primeiro quadro a ser desenhado relaciona-se com a porcentagem relativa de homens e mulheres no trabalho doméstico remunerado dentro o universo total de ocupados no Brasil. Em 2006, do total de ocupados somente 0,9% dos homens se dedicavam ao trabalho doméstico remunerado, mantendo a mesma tendência observada na década. Em contrapartida, nesse mesmo ano, do total de mulheres ocupadas, 16,5% desenvolviam esse trabalho. Mesmo revelando um discreto decréscimo (1 p.p.) em relação a 1996, o padrão se manteve: **o trabalho doméstico remunerado é, ainda, persistente e majoritariamente feminino** no Brasil.

Além disso, se se compara o total de mulheres brancas ocupadas em trabalho doméstico remunerado (13,4% em 1996 e 12,6% em 2006) com o total de mulheres negras que desempenham essa mesma atividade (23% em 1993 e 21,7% em 2006) percebe-se que, mesmo havendo uma pequena queda em ambos os dados na década, persiste ainda o fato de que o trabalho doméstico remunerado no Brasil é **majoritariamente desempenhado por mulheres negras**. Este quadro inicial da situação do trabalho doméstico remunerado no Brasil revela muito dos padrões vigentes das desigualdades de gênero e raça, legados do modelo patriarcal e racista.

Assumindo-se que tal ocupação é feminina, passa-se a uma complexificação desse quadro inicial a fim de explorar outras variáveis pelas quais se percebe a agência dos mecanismos de desigualdade.

Se se toma a distribuição das trabalhadoras domésticas segundo cor/raça e faixa etária pode-se identificar uma crescente diminuição do número de meninas e jovens ocupadas com o trabalho doméstico remunerado. Em 1996 havia 14,2% de trabalhadoras domésticas com idade entre 10 e 17 anos; já em 2006 a porcentagem diminuiu para 6,1%. Se se desagregam tais dados por cor/raça, tem-se 12,8% em 1996 e 4,9 % em 2006 para brancas na mesma faixa etária e 15,3% em 1996 e 6,9% em 2006 para negras. Portanto, por um lado, tem-se o aspecto positivo de que houve uma sensível queda ao longo da década no número de trabalhadoras domésticas com idade escolar. Contudo, por outro lado, o padrão discriminatório relativo à raça persiste. Assim, apesar de o marcador social idade não estar mais tão fortemente operativo na constituição dessa desigualdade, o marcador racial continua prevalecendo.

No que tange aos impactos dos mecanismos da desigualdade sobre a proteção social e a precarização do trabalho das trabalhadoras domésticas, dois indicadores se fazem cruciais para a análise. No que diz respeito ao **número de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada**, percebe-se um **relativo aumento** na porcentagem ao longo da década: em 1996 verificava-se 18,7% para as negras e 23,6% para as brancas; já em 2006 os números passaram a 23,9% e 30,2%, respectivamente. Mesmo com o aumento positivo observado em ambos os universos, a disparidade entre eles permanece reforçando o aspecto da discriminação racial. Já no que diz respeito ao número de

trabalhadoras domésticas que prestavam serviço em mais de um domicílio, percebe-se a manutenção da tendência de aumento do número e a diferença entre brancas e negras, sendo que há um maior número de brancas trabalhando em mais de um domicílio: em 1996 contabilizavam-se 16,1% de negras e 19,3% de brancas; já em 2006 tem-se 23% de negras e 26,5% de brancas.

Bloco 8 – Habitação e saneamento

No que se refere aos indicadores de habitação, cabe destacar que são **os domicílios chefiados por negros aqueles que se encontram sempre em piores condições**, seja no tocante à maior probabilidade de estarem localizados em assentamentos subnormais, seja no que diz respeito à existência de esgotamento sanitário, abastecimento de água ou coleta de lixo. Neste sentido, um indicador que permite visualizar claramente as desigualdades de gênero e raça no campo habitacional é o da proporção de domicílios localizados em assentamentos subnormais. Assentamentos subnormais equivalem aos conjuntos constituídos por unidades habitacionais (barracos, casa etc.), que ocupam, ou ocuparam até recentemente, terrenos de propriedade alheia e que estão, em geral, dispostos de forma desordenada e densa e estão ausentes de serviços públicos essenciais: seriam o que costumamos chamar de favelas.

Enquanto 2,4% dos domicílios chefiados por brancos estavam localizados em assentamentos subnormais em 2006, este valor para os negros é de 5%, isto é, o dobro. No que diz respeito às desigualdades de gênero, os percentuais são de 3,2% para os domicílios chefiados por homens e de 4,8% para aqueles chefiados por mulheres. O que se pode observar, aqui, é que domicílios chefiados por homens ou mulheres brancas encontram-se abaixo da média nacional que foi de 3,6% em 2006. Já aqueles chefiados por mulheres ou homens negros encontram-se bem acima desse valor, chegando a atingir 6,6% no caso de chefia de mulheres negras, o que deve estar relacionado à condição de pobreza mais intensa destes grupos em relação aos brancos.

Outra informação pertinente para se analisar a condição de habitabilidade dos domicílios brasileiros refere-se ao adensamento excessivo, verificado quando um domicílio possui mais de três pessoas por dormitório. Ainda que os valores sejam baixos – a média nacional, em 2006, era de apenas 5,4% dos domicílios com adensamento excessivo – e que venham se reduzindo ao longo dos anos – em 1993, atingiam 10% – as desigualdades de raça e gênero são marcantes. Se observarmos as características raciais dos chefes dos domicílios, encontraremos que enquanto apenas 3,4% daqueles chefiados por brancos encontram-se em situação de adensamento excessivo (valor inferior à média nacional), no caso dos chefes negros, a proporção é mais do que o dobro: 7,6%.

No caso das desigualdades de gênero, é possível perceber que domicílios densamente habitados são mais comuns em famílias chefiadas por homens do que por mulheres. No caso dos domicílios chefiados por homens, essa proporção era de 5,7% e, nos de chefia feminina, de 4,7%. Nesse caso, é possível fazer uma ligação com o tipo de chefia característica de cada um dos sexos. A maior parte dos chefes homens encontra-se em famílias do tipo casal, com ou sem filhos. As mulheres, porém, usualmente chefiam domicílios em que não há presença de cônjuge, podendo ou não haver filhos ou outros parentes dividindo a residência. Isso significa que as famílias chefiadas por homens tendem a ser mais numerosas, o que as torna mais propensas ao adensamento excessivo.

Importante analisar também as condições de acesso da população brasileira aos serviços de saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. De fato, o acesso a saneamento básico é um dos principais determinantes da qualidade de vida de um país, tornando a população menos vulnerável a doenças de veiculação hídrica, como infecções diarreicas e parasitárias, e contribuindo ainda para a redução dos índices de poluição e degradação ambiental.

No caso da coleta de lixo, serviço que alcança maior número de domicílios particulares permanentes urbanos (97,5%), a diferença entre domicílios chefiados por brancos e por negros é de quase 3 pontos percentuais (98,8% e 95,9%, respectivamente), enquanto entre chefes homens e mulheres não há diferença significativa. Entre as regiões, o Nordeste é a que apresenta menor percentual de domicílios cobertos por este serviço (93,3%), valor pouco superior àquele verificado entre os domicílios considerados pobres (92,3%).

Por outro lado, o serviço que oferece menor cobertura populacional, apesar do crescimento de quase 10 pontos observado no período, é o de esgotamento sanitário, com um percentual de domicílios atendidos de 79,4%. Assim como no caso anterior, não existem desigualdades de gênero significativas, mas as diferenças de raça, região e renda podem ser facilmente observadas. Enquanto 86% dos domicílios chefiados por brancos possuem esgotamento sanitário, este valor é de 71,4% para os domicílios chefiados por negros, sendo de apenas 50,6% para os domicílios da região Centro-Oeste e 58,4% para aqueles em situação de pobreza.

Bloco 9 – Acesso a bens duráveis e exclusão digital

Com a estabilização da economia ocorrida a partir de meados da década de 1990, o nível de renda dos brasileiros vem aumentando paulatinamente, o que tem se refletido no acesso a bens de consumo duráveis. Com isto, para todos os bens acompanhados pelo *Retrato*, houve aumento no acesso, permanecendo, contudo, grandes diferenças, a depender do bem analisado. Alguns itens neste grupo, como televisão e fogão, podem ser encontrados na maioria dos domicílios brasileiros. Outros, como telefone residencial e máquina de lavar, ampliaram significativamente sua presença nas residências mas ainda não podem ser considerados de uso universalizado.

Dois recortes são mais importantes para compreender as diferenças no acesso a esses bens pelos domicílios brasileiros, o de cor/ raça e o de localização do domicílio. No primeiro caso, os domicílios chefiados por negros ou negras estão reiteradamente sobre-representados entre aqueles que não possuem determinados bens, fato que pode ser explicado, mais uma vez, pelas menores rendas deste grupo, o que implica em menor poder aquisitivo e menores possibilidades de consumo, de acesso a crédito etc. No segundo caso, tem-se que os domicílios das áreas rurais ainda possuem acesso muito restrito à maior parte dos bens, o que pode ser explicado pelas dificuldades encontradas tanto no acesso à energia elétrica como à rede de telefonia, além dos maiores níveis de empobrecimento nessas regiões. Cabe lembrar, finalmente, que os dois recortes muitas vezes se sobrepõem, tendo em vista a grande proporção de negros nas áreas rurais.

Deste modo, tem-se que, enquanto somente 5,5% dos domicílios chefiados por brancos não possuíam geladeira, esta situação alcança 17,0% dos domicílios chefiados por negros. Estes números impressionam uma vez que se trata de um bem considerado de primeira necessidade. A relação de desigualdade permanece no que diz respeito aos demais bens, tal como retratado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Proporção de domicílios que não possuem determinado bem, por cor/raça do chefe e localização do domicílio – Brasil, 2006.

Bem pesquisado	Cor/Raça do Chefe		Localização do domicílio	
	Branca	Negra	Urbano	Rural
Geladeira	5,5	17,0	10,9	43,2
Máquina de lavar	49,8	77,0	72,5	94,5
Televisão	4,5	11,3	5,7	30,7
Freezer	75,8	89,3	89,6	91,1
Telefone	43,9	67,4	58,6	94,3

Fonte: IBGE Pnad/microdados

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

A exclusão digital apresenta-se como um dos principais desafios no acesso à informação. Entre 1993 e 2006, declina de 87,4% para 77,9% a proporção de domicílios brasileiros que não possuíam microcomputador. Apesar do avanço, este ainda constitui um bem muito pouco acessível para a maior parte da população. Conseqüentemente, a proporção de domicílios que não possuíam acesso à internet era de 83,2%, sendo que nas áreas rurais, esse percentual era de 98,6%.

Bloco 10 – Pobreza, distribuição e desigualdade de renda

O debate sobre as desigualdades de gênero e raça é sempre permeado pela discussão das desigualdades de rendimentos auferidos no mercado de trabalho e dos diferenciais de incidência de pobreza e indigência segundo a cor/raça e o sexo dos indivíduos. Os dados de rendimento médio da ocupação principal no mercado de trabalho capturam de forma evidente as desigualdades de gênero e raça. Como conseqüência das desigualdades educacionais, da segregação de mulheres e negros em postos de trabalho de menor qualidade e do próprio fenômeno social da discriminação, **os rendimentos de homens e de brancos tendem a ser mais elevados do que o de mulheres e negros**. Com efeito, em 2006, os homens recebiam, em média, R\$ 885,6 ao mês, enquanto as mulheres recebiam apenas R\$ 577,0, o que equivale a cerca de 2/3 do salário masculino. De forma ainda mais intensa, os negros recebiam cerca de metade do salário dos brancos, perfazendo R\$ 502,0 em média por mês, contra R\$ 986,5 dos brancos.

Os dados evidenciam, mais uma vez, a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras no mercado de trabalho. Enquanto as mulheres brancas ganham, em média, 63% do que ganham homens brancos, as mulheres negras ganham 66% dos homens do mesmo grupo racial e apenas 32% do rendimento médio de homens brancos. Os diferenciais de remuneração entre os grupos aqui analisados vêm caindo ao longo dos anos. De fato, somente entre 1996 e 2006, período analisado neste trabalho, as desigualdades de renda entre brancos e negros e entre homens e mulheres se reduziram em aproximadamente 10%. No entanto, vale dizer que ao longo do período, há uma recuperação da renda média que, entre os grupos aqui destacados, só não foi verificada para o de homens brancos, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 2 – Renda média da ocupação principal por sexo, segundo raça/cor. Brasil, 1996 e 2006

Cor/Raça e Sexo	Negros		Branco		Total	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Mulheres	340,8	383,4	718,3	742,1	561,9	577,0
Homens	570,9	583,3	1264,5	1181,1	962,2	885,6
Total	483,0	502,0	1044,2	986,5	804,4	754,2

Fonte: IBGE Pnad/microdados

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Em relação aos dados de pobreza e indigência, torna-se necessário fazer algumas considerações prévias em relação à metodologia de cálculo usualmente adotada. Na grande maioria dos estudos, a identificação de um indivíduo pobre ou indigente é feita com base no indicador de nível de renda familiar *per capita*. Essa metodologia tem implicações diretas quando se trata de analisar a pobreza e a diferença de sua incidência entre mulheres e homens. Isto porque, ao focarmos a pobreza em sua dimensão econômica, definimos como pobres todos aqueles que vivem em famílias cuja renda familiar *per capita* é inferior a um determinado valor arbitrado pela linha de pobreza. Neste estudo, $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Assim, a renda domiciliar *per capita* é calculada por meio da soma do rendimento de todos da família, em seguida dividida pelo número total de seus membros, o que faz com que todos do domicílio sejam igualmente pobres.

No Brasil, a maior parte das famílias é formada por casais, com ou sem filhos. A tendência é de que, na média, tenhamos famílias vivendo com um número aproximadamente igual de homens e mulheres entre seus membros, o que nos leva a encontrar níveis de pobreza e indigência entre homens e mulheres mais ou menos equivalentes sempre que forem utilizadas metodologias de cálculo de pobreza baseadas exclusivamente na dimensão renda. Assim, como consequência, temos que, em 2006, aproximadamente 24% de homens e a mesma proporção de mulheres eram considerados pobres. Da mesma forma, algo em torno de 8% destes dois grupos estavam na indigência no mesmo ano.

Já no caso dos diferenciais de raça esse problema não se verifica, na medida em que as famílias tendem a ser mais homogêneas em termos de sua raça/cor (famílias negras e famílias brancas), o que retorna rendimentos *per capita* sistematicamente inferiores para negros do que para brancos. Isso significa que podemos extrair dos dados de rendimento *per capita* os grandes diferenciais de incidência de pobreza e indigência para as populações branca e negra. Desse modo, tomando-se as informações para 2006, temos que 14,5% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 33,2%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade. No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 4,5% dos brancos recebem menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* por mês, esse percentual salta para 11,8% da população negra, quase três vezes mais na comparação com o grupo dos brancos.

É possível, no entanto, perceber uma redução expressiva na proporção de pobres em todos os grupos da população brasileira (ver tabela 3). A velocidade desta queda, porém, é diferenciada conforme a cor/raça dos indivíduos ou segundo a região em que habitam. De fato, entre 2006 e 1996, a proporção de brancos pobres passou de 21,5% para 14,5%, ou seja, uma redução de 33%. Já no caso da população negra, essa redução foi inferior, alcançando 29%.

As regiões menos desenvolvidas do país também concentram a maioria da população em situação de pobreza ou extrema pobreza, bem como as áreas rurais. Assim, enquanto no Nordeste

44,3% dos negros são pobres, no Sul esta proporção cai para 12,6%. Entre a população urbana, a pobreza atinge 19% do universo, enquanto nas áreas rurais, esse número é de expressivos 47,6%. Importante dizer que, nesses casos, o fator racial se soma ao local de moradia, intensificando a desigualdade e a vulnerabilidade de grupos sociais específicos.

Tabela 3 – Proporção de pobres e indigentes, segundo grupos selecionados. Brasil, 1996 e 2006

Grupos selecionados	Pobreza		Indigência	
	1996	2006	1996	2006
Branca	21,5	14,5	8,3	4,5
Negra	46,7	33,2	21,9	11,8
Urbano	25,4	19,1	9,4	5,5
Rural	61,8	47,6	34,1	21,0
Nordeste	57,9	44,3	30,4	18,0
Sul	22,3	12,6	8,0	3,5
Total	32,7	23,8	14,4	8,1

Fonte: IBGE Pnad/microdados
Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM

Por fim, cabe destacar que a desigualdade nos rendimentos existente entre brancos e negros é evidenciada também quando se examina a distribuição da população por décimos de renda per capita. Quanto mais se avança em direção aos grupos populacionais de maior renda, menor é a proporção de negros. Isto é, quanto mais caminhamos dos décimos mais pobres no sentido dos mais ricos, mais a distribuição fica embranchada. Em 2006, entre os 10% mais pobres da população, 63,4% eram negros; e esta proporção cai para 24,3% no grupo dos 10% mais ricos. Já no grupo do 1% mais rico da população, somente 14,1% eram de indivíduos negros. Ainda que uma pequena melhora na distribuição da riqueza produzida no país possa ser percebida quando se analisam negros e brancos, a permanência da desigualdade segue sendo o destaque dos dados aqui apresentados.